O Lugar da Universidade no Combate ao Etarismo: Uma Análise à Luz da Biopolítica Foucaultiana

Autoras
Profa. Dra. Thaís Zimovski Garcia de Oliveira
Profa. Dra. Vanessa Silveira Pereira Simon]

1. Contextualização

O envelhecimento populacional tem produzido transformações profundas nas sociedades contemporâneas e recolocado o debate sobre a velhice no centro das disputas políticas, econômicas e culturais do século XXI. Segundo projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população idosa ultrapassará a população de crianças e adolescentes até 2030, enquanto estimativas mais recentes indicam que pessoas com 60 anos ou mais poderão representar aproximadamente 38% da população brasileira em 2070 (IBGE, 2013; IBGE, 2023). A Organização das Nações Unidas também alerta que o envelhecimento populacional constitui uma das maiores transformações demográficas globais contemporâneas, sobretudo em países periféricos que envelhecem antes de alcançar estabilidade econômica e proteção social consolidadas (ONU, 2022).

Pensar em um outro futuro e na construção de um modo de vida alternativo envolve, necessariamente, mudar a maneira de viver e se reinserir ativamente na sociedade. Mudar de profissão, buscar novos horizontes existenciais e realizar um novo curso de graduação após os 45 ou 50 anos é um vislumbre dessa reinvenção. Nesse cenário, as relações intergeracionais configuram-se como um caminho fundamental no combate ao etarismo, e a universidade pública surge como um local excelente para a promoção desses encontros. É imperativo que a universidade se coloque de forma ativa nessa luta, uma vez que o acesso à educação pública e de qualidade é um direito constitucional do cidadão em qualquer etapa da vida. Contudo, a atual configuração universitária, além de repelir alunos não jovens, demonstra uma negligência histórica ao não construir políticas de inclusão ativa e de permanência voltadas para essa população.

Essa hostilidade institucional e cultural ganhou materialidade e ampla repercussão nacional em 2023, quando um episódio envolvendo estudantes universitárias que ridicularizaram uma colega de classe de mais de 40 anos chocou a opinião pública (G1, 2023). O caso não chamou atenção apenas pela agressividade explícita e pela violência verbal das estudantes, mas sobretudo porque revelou algo mais profundo, saber, a persistente dificuldade social em reconhecer sujeitos mais velhos como pertencentes legítimos a espaços historicamente associados à juventude, ao aprendizado, à inovação e à construção de futuro. O ingresso tardio na universidade apareceu, naquele contexto, quase como uma afronta simbólica à ordem geracional dominante.

Mais especificamente, o etarismo, conforme definição difundida pelo médico e gerontólogo Alexandre Kalache, pode ser compreendido como a articulação complexa entre estereótipos, preconceitos, e discriminações baseadas na idade. Embora frequentemente associado de forma exclusiva à velhice, o fenômeno atravessa diferentes etapas da vida. Como observa Naira Dutra Lemos, a partir da definição adotada pela Organização Mundial da Saúde, a discriminação baseada na idade não se restringe à velhice, mas atravessa diferentes fases do desenvolvimento humano, manifestando-se inclusive em práticas de *bullying* e exclusão entre adolescentes no ambiente escolar (OMS, 2021; G1, 2023).

Ainda assim, é no envelhecimento que essa violência assume contornos de crueldade sistêmica, sobretudo porque o capitalismo contemporâneo passou a organizar a vida social em em torno de ideais de produtividade contínua, aceleração permanente e juventude performática. No âmbito do mercado de trabalho global, o etarismo é um problema mundial persistente (MACDONALD; LEVY, 2016) e continua sendo amplamente negligenciado como uma forma grave de discriminação corporativa e organizacional (CARY; CHASTEEN; REMEDIOS, 2017).

1.1. Objetivos

Diante desse contexto, este ensaio teórico tem como objetivo analisar o papel da universidade pública no combate ao etarismo à luz da perspectiva biopolítica de Michel Foucault, compreendendo como o espaço acadêmico pode funcionar tanto como aparelho de normalização e reprodução de hierarquias etárias quanto como território de contraconduta, e resistência.

De forma específica, busca-se compreender como o envelhecimento passou a ser socialmente associado à improdutividade, à perda de valor simbólico e à inadequação diante das exigências contemporâneas de performance e aceleração; discutir as articulações entre etarismo, capitalismo estético e patriarcado, sobretudo na produção de formas de controle e medicalização dos corpos velhos; refletir sobre o potencial das relações intergeracionais como instrumento pedagógico e político de enfrentamento ao preconceito etário; e, por fim, apontar o debate sobre envelhecimento às discussões contemporâneas acerca da crise climática e ecológica, compreendendo como determinados corpos e populações tornam-se mais vulneráveis em contextos de colapso ambiental e precarização da vida.

Ao mobilizar a biopolítica foucaultiana como eixo analítico, o ensaio pretende demonstrar que o etarismo não constitui apenas uma forma isolada de preconceito, mas integra mecanismos mais amplos de gestão da vida, normalização dos corpos e administração diferencial das populações nas sociedades neoliberais contemporâneas.

2. Gerontofobia à Luz da Biopolítica: Da Repulsa ao Envelhecimento às Tecnologias de Normalização

Para compreender a profundidade do etarismo no interior das instituições educacionais, é imprescindível recorrer ao referencial teórico da biopolítica e do biopoder, conceitos desenvolvidos por Michel Foucault. Em *Microfísica do Poder*, o filósofo demonstra que as sociedades modernas operaram uma transição crucial no exercício do poder: o antigo poder soberano de "fazer morrer e deixar viver" foi gradativamente substituído e complementado por mecanismos voltados para o "fazer viver e deixar morrer". O foco do poder estatal e econômico deslocou-se do controle territorial para o gerenciamento minucioso da vida, do corpo e das populações. As sociedades passaram a organizar o tecido social por meio de dois eixos complementares: as disciplinas do corpo (anatomopolítica) e as regulações da população (biopolítica), ambas voltadas para a produção de unidade, normalização, ordem e coesão social (FOUCAULT, 1979).

A modernidade, sob essa ótica, não elimina as práticas de exclusão; ela sofistica e transforma radicalmente suas técnicas. O suplício público e a eliminação física direta cederam espaço para mecanismos capilares de vigilância, classificação de corpos e administração estatística das populações. Ao discutir os chamados “métodos de assepsia” do corpo social, Foucault afirma que a sociedade moderna substitui as formas explícitas e ruidosas de punição por mecanismos contínuos, silenciosos e pretensamente científicos de controle. A criminologia, a eugenia, a psiquiatria e o isolamento dos considerados "degenerados" ou

"anormais" emergiram como tecnologias políticas cruciais voltadas para a proteção e para o melhoramento das forças produtivas da sociedade.

Embora Foucault não tenha se dedicado diretamente ao estudo do etarismo, sua reflexão sobre a defesa da sociedade e a governamentalidade permite compreender como os sujeitos idosos passam a ocupar posições de marginalidade por serem percebidos como uma ameaça ou um entrave à racionalidade econômica dominante. O envelhecimento, dentro dessa engrenagem biopolítica, deixa de ser um processo puramente biológico e passa a ser codificado como sinônimo de improdutividade, obsolescência cognitiva, dependência material e perda de valor ontológico. O corpo velho passa, então, a ocupar um lugar profundamente ambíguo e tenso na contemporaneidade.

Enfim, em uma sociedade marcada pela obsessão com a performance, pela aceleração temporal e pela hiperprodutividade, envelhecer torna-se quase um fracasso moral individualizado. O problema, portanto, não reside na degeneração biológica celular, mas sim em uma construção política e cultural sobre quais corpos ainda merecem investimento social e quais devem ser geridos sob a lógica do descarte. Como observa Byung-Chul Han, a racionalidade neoliberal transforma a própria vida em objeto de uma “gestão calculista” e de uma autoexploração permanente, na qual os sujeitos são avaliados a todo momento por seu desempenho, eficiência, flexibilidade e capacidade produtiva (HAN, 2018). O envelhecimento desafia frontalmente essa lógica mercantil porque expõe, de forma inegável, os limites intransponíveis do corpo, as vulnerabilidades intrínsecas à condição humana e temporalidades que são absolutamente incompatíveis com o ideal contemporâneo de performance infinita e juventude eterna.

2.1. Patriarcado e Governamentalidade Estética

Essa racionalidade biopolítica de controle e normalização dos corpos opera de maneira ainda mais agressiva e disciplinadora quando articulada ao patriarcado e às desigualdades históricas de gênero. O envelhecimento feminino tende a ser muito mais violentamente regulado, vigiado e punido socialmente do que o masculino. Enquanto o homem mais velho muitas vezes é associado culturalmente a ideias de experiência, autoridade, charme e maturidade intelectual, a mulher envelhece sob a pressão sufocante e constante para preservar uma aparência jovem, magra, dócil e performaticamente saudável. O corpo feminino envelhecido frequentemente é percebido como um corpo "fora da norma" estética dominante, um corpo que falhou em sua missão social de agradar ao olhar patriarcal e de manter-se reprodutivo ou comercializável. Isso ajuda a explicar a profunda e violenta medicalização do envelhecimento feminino nas sociedades contemporâneas.

Dados robustos da *International Society of Aesthetic Plastic Surgery* (ISAPS) evidenciam a magnitude desse fenômeno. O Brasil liderou o ranking mundial de cirurgias plásticas estéticas, registrando cerca de 2,35 milhões de procedimentos cirúrgicos e mais de 3 milhões de procedimentos estéticos totais. Desse montante expressivo, a aplicação de toxina botulínica representou aproximadamente 45,7% de todos os procedimentos não cirúrgicos realizados no país. O dado de gênero é ainda mais alarmante: as mulheres correspondem a cerca de 85% a 90% dos procedimentos estéticos realizados globalmente, o que comprova de maneira inequívoca como o envelhecimento feminino é o alvo primordial da lógica da medicalização estética e da intervenção cirúrgica corretiva (ISAPS, 2024).

A repulsa social ao envelhecimento aparece, portanto, intimamente articulada a um capitalismo estético profundamente patriarcal. O mercado da beleza e da indústria "anti-idade" opera produzindo inseguranças psicológicas permanentes sobre o aparecimento de rugas, linhas de expressão, cabelos brancos e quaisquer sinais visíveis da passagem do

tempo. O rejuvenescimento artificial transforma-se em uma forma de capital social e profissional indispensável, especialmente para as mulheres que desejam manter seus empregos ou sua relevância nos círculos sociais. Como demonstra o antropólogo Alvaro Jarrin em seu estudo sobre a "nação cosmética", o Brasil consolidou uma verdadeira governamentalidade plástica, na qual os procedimentos de modificação corporal e rejuvenescimento ocupam um lugar central na construção do próprio pertencimento social, da cidadania e do reconhecimento simbólico dos sujeitos (JARRIN, 2012). A beleza e a juventude performada passam a ser tratadas como índices de saúde, higiene moral e adequação social, enquanto o envelhecimento natural é patologizado.

Esse processo de disciplinamento estético não pode ser dissociado das formas históricas de controle patriarcal sobre o corpo feminino. Durante séculos, as mulheres foram socialmente definidas e reduzidas à sua capacidade reprodutiva, à sua utilidade doméstica e à sua estrita adequação aos padrões normativos de feminilidade e passividade. O envelhecimento biológico rompe parcialmente com essas expectativas e utilidades sistêmicas e, justamente por isso, passa a ser percebido pelo inconsciente coletivo patriarcal como uma ameaça simbólica ou um desperdício de espaço. Mulheres idosas frequentemente tornam-se completamente invisibilizadas culturalmente, destituídas de desejo e de agência, ou são representadas de forma caricatural e violenta nos produtos da indústria cultural.

Esses estereótipos de exclusão e perigo são alimentados desde a infância. As narrativas infantis e os contos de fadas historicamente associaram as figuras de mulheres velhas ao grotesco, à maldade, à feiura, à inutilidade ou ao perigo iminente. As imagens arquetípicas da "bruxa velha", da "cuca" no imaginário folclórico brasileiro ou o mito do "velho do saco" funcionam como dispositivos pedagógicos de controle social. Eles ensinam as crianças a temerem o envelhecimento e a repulsarem o corpo idoso, associando a perda da juventude à perda da bondade, da beleza e da própria humanidade.

A crítica foucaultiana permite compreender que o etarismo não opera apenas por meio da exclusão explícita, jurídica ou institucional. Ele atua, fundamentalmente, por meio da interiorização de normas, moldando os desejos, as subjetividades, as angústias e os modos de vida dos próprios sujeitos. O sujeito envelhecido passa a ser constantemente pressionado a monitorar a si mesmo, a policiar seus gestos, suas roupas e suas falas para manter-se jovem, ativo, autônomo e "conectado". A velhice aceitável e tolerada pelo neoliberalismo é aquela capaz de consumir, de pagar por tratamentos caros e de esconder com eficácia seus sinais mais visíveis de fragilidade. Envelhecer “bem”, dentro dessa racionalidade, significa não parecer velho, permanecendo útil, saudável, dócil e performático. A velhice real, que expressa a dependência mútua, a finitude, a necessidade de cuidados contínuos ou a lentidão cognitiva e motora, tende a ser socialmente rejeitada, escondida em asilos ou relegada ao esquecimento doméstico.

2.3. Múltiplas Velhices: O Prisma da Interseccionalidade

Para compreendermos a complexidade do etarismo na contemporaneidade e sua penetração nas instituições educacionais, é fundamental ir além de uma análise puramente geracional e adotar a perspectiva teórica da interseccionalidade. Como argumenta a jurista Martha Fineman, as discriminações etárias e a vulnerabilidade humana não operam de forma isolada em um vácuo social; elas articulam-se continuamente e de forma indissociável a marcadores estruturais de gênero, raça, classe social, pobreza e sexualidade (FINEMAN, 2008). Não existe uma experiência única e homogênea de envelhecimento. Existem, na realidade, múltiplas velhices, determinadas de forma drástica pelas desigualdades materiais e simbólicas que atravessam a estrutura social. O envelhecimento de uma mulher negra e

periférica difere substancialmente, em termos de expectativa de vida, saúde e dignidade, do envelhecimento de um homem branco de classe alta.

A vulnerabilidade, conforme formulada por Fineman, é uma característica universal e constante da condição humana. Todos os seres humanos são inerentemente vulneráveis, dependentes e sujeitos a danos, doenças e ao declínio físico ao longo da vida. No entanto, o que varia drasticamente são as instituições sociais, os recursos econômicos e as redes de apoio de que os indivíduos dispõem para lidar com essa vulnerabilidade intrínsecas. Quando o Estado e as instituições sociais falham em fornecer resiliência por meio de políticas públicas eficazes, a vulnerabilidade universal transforma-se em desigualdade sistemática e opressão. No caso das mulheres idosas, muitas frequentemente envelhecem em condições de extrema precariedade econômica. Esse cenário é o resultado direto de trajetórias de vida inteiras marcadas por restrições severas ao acesso à educação formal, dupla ou tripla jornada, dependência financeira em relação aos parceiros e a sobrecarga invisível do trabalho de cuidado não remunerado de filhos e parentes doentes, funções que o capitalismo patriarcal naturaliza como "deveres femininos" e se recusa a remunerar ou valorizar.

Para além das desigualdades materiais, o etarismo contemporâneo opera no nível microgerencial do sofrimento psíquico, produzindo efeitos devastadores sobre a saúde mental, a autoestima, a autoconfiança e a participação social dos sujeitos idosos. A interiorização dos preconceitos de idade faz com que o indivíduo passe a acreditar que é de fato obsoleto, feio, incapaz de aprender coisas novas ou de exercer sua cidadania de forma plena. O preconceito de idade produz, portanto, não apenas uma exclusão simbólica ou uma barreira arquitetônica, mas também um profundo adoecimento físico e psíquico, gerando quadros severos de depressão, ansiedade e isolamento social crônico.

Essa arquitetura da exclusão e a fragilidade dos arranjos biopolíticos protetivos tornaram-se tragicamente explícitas durante a pandemia de Covid-19. A crise sanitária global não criou novas formas de preconceito, mas funcionou como um poderoso lente de aumento que escancarou e aprofundou as hierarquias biopolíticas contemporâneas do etarismo. Durante a pandemia, os indivíduos idosos foram frequentemente tratados nos discursos públicos, midiáticos e até mesmo governamentais como um mero "peso econômico", "números frios" em estatísticas de mortalidade ou como vidas menos prioritárias e sacrificáveis em prol da manutenção do funcionamento do mercado. Os discursos médicos e bioéticos que defendiam, em situações de colapso hospitalar, a priorização de leitos de UTI e respiradores para pacientes jovens em detrimento dos idosos evidenciaram a naturalização assustadora da premissa de que algumas vidas possuem maior valor social, utilidade e dignidade do que outras.

Os dados empíricos coletados durante esse período confirmam a escalada da violência. As denúncias de violações de direitos e violência contra a pessoa idosa no Brasil aumentaram drasticamente durante a pandemia de Covid-19, saltando de aproximadamente 48,5 mil registros em 2019 para mais de 77 mil casos em 2020. Estudos detalhados produzidos pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) apontam um dado ainda mais cruel e paradoxal: cerca de 60% de todas as formas de violência contra idosos (física, psicológica, patrimonial e por negligência) acontecem justamente dentro do ambiente doméstico, que teoricamente deveria ser o espaço de proteção, e são perpetradas por familiares diretos, como filhos, netos ou cuidadores consanguíneos.

3. A Universidade como Aparelho Biopolítico de Exclusão e Lugar de Resistência

Diante desse panorama de controle e marginalização dos corpos envelhecidos, a universidade pública assume um papel ético e político absolutamente estratégico. Ela não é um espaço neutro;historicamente, funciona como um dos principais aparelhos de legitimação

da biopolítica moderna, responsável por ditar quais saberes são válidos, quais corpos estão aptos para a produção científica e quais temporalidades regem o desenvolvimento intelectual. A estrutura universitária contemporânea ainda é fortemente juventocêntrica, moldada pela lógica produtivista do capitalismo cognitivo, que exige velocidade, dedicação exclusiva e uma linearidade cronológica rígida: o sujeito deve estudar na juventude, produzir na maturidade e retirar-se na velhice.

Quando a universidade falha em criar políticas ativas de inclusão e permanência para estudantes de mais de 45 ou 50 anos, ela atua como um dispositivo de exclusão biopolítica, reiterando implicitamente o discurso de que o corpo velho é obsoleto para a inovação e para o pensamento crítico. O episódio das estudantes que ridicularizaram a colega mais velha não é um fato isolado de má conduta individual, mas sim o sintoma visível de uma pedagogia da exclusão que é reproduzida cotidianamente nos corredores acadêmicos. As estudantes agressoras operaram como agentes informais de normalização, tentando expelir do corpo acadêmico um elemento que, pela idade, subvertia a ordem geracional esperada para aquele espaço.

Contudo, se o poder na perspectiva foucaultiana é imanente e coextensivo às relações sociais, onde há poder, há resistência. A universidade, por sua própria natureza contraditória e plural, também pode se constituir como um território privilegiado de contraconduta e subversão biopolítica. A presença cada vez mais expressiva de estudantes pertencentes às faixas etárias de 45+, 50+ ou mais na universidade tensiona e subverte as temporalidades normativas impostas pela modernidade. Ingressar em um curso de graduação ou pós-graduação na maturidade desafia frontalmente a ideologia de que o direito de estudar, de criar, de errar e de projetar o futuro pertence exclusivamente aos corpos jovens.

Mais do que uma mera busca por requalificação profissional ou inserção no mercado de trabalho, o retorno ou o ingresso tardio à universidade representa um processo de reconstrução subjetiva, reparação histórica, reinserção social ativa e ampliação democrática dos horizontes de futuro. Em sociedades profundamente marcadas pelo preconceito etário, ocupar o espaço acadêmico constitui um ato de resistência política contra o apagamento e a morte social que o sistema tenta impor à velhice. Pensar um outro futuro possível para a humanidade exige, obrigatoriamente, transformar radicalmente a nossa maneira atual de viver, redefinindo as prioridades coletivas e reimaginando temporalidades mais humanas, lentas e acolhedoras para a existência.

Para que essa resistência se efetive e deixe de ser um fardo carregado individualmente pelos alunos mais velhos, a universidade precisa assumir uma postura institucional ativa. Inspirado nas formulações teóricas e políticas da filósofa e ativista norte-americana Angela Davis, que cunhou a célebre máxima de que em uma sociedade racista não basta não ser racista, é preciso ser antirracista, Alexandre Kalache cunha um manifesto para a contemporaneidade: “Não basta não ser idadista; é preciso ser anti-etarista”. Essa postura teórica e prática exige o abandono da neutralidade passiva ou da mera tolerância cortês em relação aos estudantes mais velhos. Ser anti-etarista no espaço acadêmico pressupõe um posicionamento político ativo, cotidiano e intransigente contra o preconceito de idade; a denúncia pública de todas as formas de discriminação institucional ou verbal; o engajamento em lutas por direitos sociais e a promoção deliberada de uma conscientização intergeracional profunda, que reconecte as diferentes gerações em torno de um projeto comum de sociedade.

Desse modo, as relações intergeracionais cultivadas no cotidiano acadêmico possuem um papel pedagógico revolucionário. A convivência diária entre estudantes jovens e mais velhos permite quebrar as barreiras do preconceito mútuo, humanizando os processos de envelhecimento e permitindo que a juventude compreenda o envelhecer não como um horizonte de decadência, mas como uma etapa legítima da existência. A partilha de experiências de vida dos alunos mais velhos combinada com o domínio de novas linguagens e

tecnologias por parte dos mais jovens cria um ecossistema de aprendizagem mútua e solidariedade que sabota a lógica competitiva e individualista do neoliberalismo.

4. Resultados Esperados

Espera-se que este ensaio teórico contribua para ampliar o debate crítico acerca do etarismo nas instituições de ensino superior, especialmente no interior das universidades públicas brasileiras, evidenciando que a discriminação baseada na idade não constitui um fenômeno isolado ou meramente comportamental, mas integra mecanismos estruturais de normalização, exclusão e gestão da vida nas sociedades neoliberais contemporâneas.

Do ponto de vista teórico, espera-se demonstrar que a biopolítica foucaultiana oferece um instrumental analítico para compreender como determinados corpos passam a ser classificados como mais ou menos úteis, desejáveis e legítimos nos espaços sociais e institucionais. Além disso, espera-se fortalecer a compreensão de que o etarismo opera de forma interseccional, articulando-se a desigualdades de gênero, raça, sexualidade e classe social. A análise busca evidenciar que mulheres idosas, sujeitos racializados e populações socialmente vulnerabilizadas experimentam formas ainda mais intensas de exclusão, invisibilização e precarização, sobretudo em contextos marcados pelo capitalismo estético e pela medicalização dos corpos envelhecidos.

No âmbito político e institucional, o ensaio pretende contribuir para a construção de uma reflexão crítica sobre o papel da universidade pública diante do envelhecimento populacional. Espera-se apontar a necessidade de formulação de políticas institucionais permanentes de inclusão, permanência e acolhimento de estudantes 45+, 50+ e idosos, bem como incentivar práticas pedagógicas voltadas à valorização das relações intergeracionais no espaço acadêmico.

Outro resultado esperado consiste em aproximar o debate sobre envelhecimento das discussões contemporâneas acerca da crise climática e ecológica, compreendendo que sociedades incapazes de lidar eticamente com a vulnerabilidade humana tendem também a reproduzir formas predatórias de relação com a natureza, com o tempo e com o futuro. Assim, o trabalho busca contribuir para a construção de horizontes políticos e epistemológicos mais sustentáveis, solidários e democráticos, nos quais o envelhecimento deixe de ser tratado como fracasso social e passe a ser reconhecido como dimensão legítima da experiência humana.

Por fim, espera-se que este ensaio possa servir como ponto de partida para futuras investigações empíricas sobre etarismo no ensino superior brasileiro, especialmente pesquisas voltadas às experiências de estudantes mais velhos, às relações intergeracionais e às formas institucionais de exclusão e resistência presentes no cotidiano universitário.

5. Considerações Finais

O envelhecimento da população brasileira não é uma crise a ser administrada por técnicas de assepsia social ou por eufemismos mercadológicos, mas sim uma realidade demográfica irreversível que exige uma refundação das nossas instituições e dos nossos valores éticos. A universidade pública encontra-se em uma encruzilhada histórica: ela pode continuar atuando como um aparelho biopolítico de normalização, mantendo suas portas invisivelmente fechadas para aqueles que não se enquadram na cronologia juventocêntrica, ou pode assumir seu papel de vanguarda na construção de uma sociedade genuinamente democrática e inclusiva.

Combater o etarismo no ambiente acadêmico e na sociedade não significa apenas defender de forma corporativista ou caritativa os direitos da população mais velha. Significa, fundamentalmente, questionar as bases de uma racionalidade social perversa baseada na

obsessão doentia pela performance individual e na negação covarde da vulnerabilidade, da dependência mútua e da finitude humana.

A universidade pode e deve liderar essa transformação cultural e epistemológica. Ao promover de forma institucionalizada a convivência e o diálogo intergeracional cotidiano, ao produzir pesquisas científicas de caráter anti-etarista e ao articular de forma transversal os debates sobre direitos humanos, marcadores interseccionais de opressão e consolidação democrática, a instituição universitária oferece sua contribuição mais valiosa para o século XXI: a transição de uma sociedade baseada no descarte biopolítico para a construção coletiva de modos de vida mais sustentáveis, solidários, integrados e radicalmente imunes à exclusão social.

Referências

CARY, L. A.; CHASTEEN, A. L.; REMEDIOS, J. The importance of ageism in social justice research. *Journal of Social Issues*, v. 73, n. 2, p. 201-215, 2017.

FINEMAN, M. A. The Vulnerable Subject: Anchoring Equality in the Human Condition. *Princeton Journal of Law and Gender*, v. 20, p. 1-23, 2008.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

G1. *Etarismo: como a discriminação por idade abre caminho para outras violências*. Entrevista com Naira Dutra Lemos. YouTube, 16 mar. 2023. Disponível em: YouTube. Acesso em: 24 maio 2026.

HAN, B.-C. *Topologia da Violência*. Petrópolis: Vozes, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Projeções da População: Brasil e Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Projeções Demográficas e Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

ISAPS – INTERNATIONAL SOCIETY OF AESTHETIC PLASTIC SURGERY. *Global Survey on Aesthetic/Cosmetic Procedures Performed in 2024*. ISAPS, 2024.

JARRIN, Alvaro E. The rise of the cosmetic nation: plastic governmentality and hybrid medical practices in Brazil. *Medical Anthropology: Cross-Cultural Studies in Health and Illness*, v. 31, n. 3, p. 213–228, 2012.

KALACHE, A. *O Combate ao Idadismo e as Políticas do Envelhecimento Ativo*. Conferência Internacional, 2024.

MACDONALD, J. L.; LEVY, S. R. Ageism in the workplace: The role of paternalism and hostility. *Social Issues and Policy Review*, v. 10, n. 1, p. 59-86, 2016.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *World Population Ageing 2022: Summary*. New York: Nações Unidas, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. *Relatório Mundial sobre o Idadismo: Resumo*. Genebra: OMS, 2021.

SESC SÃO PAULO; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Idosos no Brasil: Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade*. São Paulo: Sesc SP/FPA, 2020.

TONELLI, M. J.; CEPELLOS, V. M.; LINS, S. Gestão da Idade em Empresas Brasileiras: Desafios e Práticas Institucionais. *Revista de Administração de Empresas (FGV/EAESP)*, v. 58, n. 4, 2018.